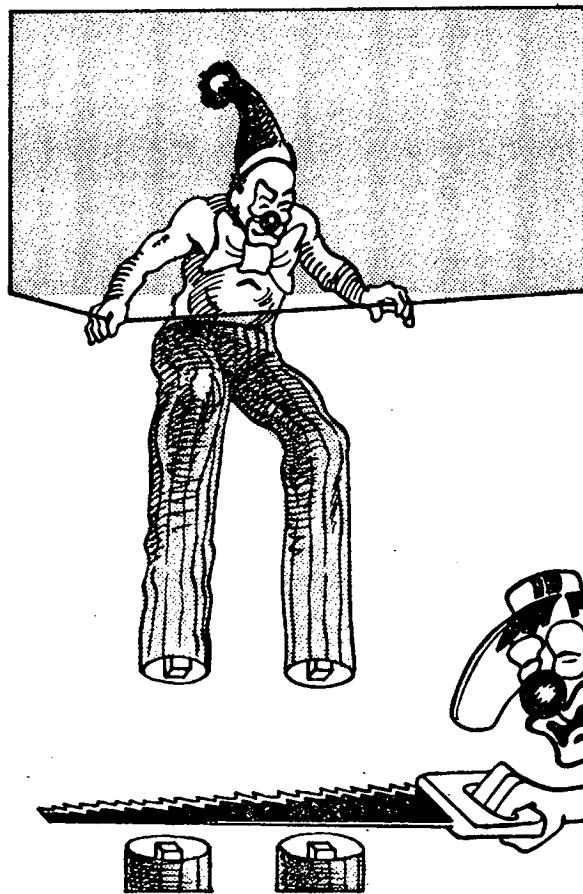


Que crescimento é este?

Petrucio



N O momento em que se tornam freqüentes os anúncios de recuperação industrial, cujos sinais já vinham sendo observados desde o início do ano, certo sentimento de perplexidade toma conta das pessoas, que não sentem, a nível familiar, a materialização do proclamado crescimento. Pelo contrário, notam que seu consumo está cada vez mais contraído, em aparente contradição com as informações que diariamente recebem de reversão da trajetória descendente do produto nacional.

Diante dessa situação, é conveniente avaliar o padrão do crescimento que o Brasil está percorrendo, respondendo à pergunta com a qual os economistas têm sido bombardeados: que crescimento é este?

A primeira constatação estatística já revela uma forte heterogeneidade no padrão de recuperação industrial. Enquanto o conjunto da produção industrial brasileira cresce a taxas em torno de 6% em relação ao ano passado, os setores produtivos destinados ao consumo permanecem em queda: até agosto, a produção de bens duráveis de consumo caiu 8% enquanto a de não-duráveis caiu 1%.

O leitor atento já terá identificado o arrocho salarial como a causa direta dessa assimetria. Mas a contração dos salários é apenas um dos elos da estratégia macroeconômica que, parcialmente devido a condições externas favoráveis, apresenta resultados que ultrapassam os originalmente previstos.

Ao conceder prioridade às exportações, na tentativa de obter dos bancos internacionais a disposição de refinanciar a dívida externa, a política econômica sacrificou o consumo doméstico, fazendo do arrocho salarial um dos instrumentos básicos na consecução de tal objetivo.

Como as importações americanas cresceram nesse ano a taxas sem precedentes na história recente, também nossas exportações mostraram desempenho superior ao esperado, resultando em saldo comercial (exportações menos importações) absolutamente inédito e imprevisível quando da programação do setor externo para 1984.

A própria estratégia traçada já previa um elevado superávit comercial, mas a conjuntura internacional magnificou os resultados, permitindo-se projetar crescimentos positivos tanto da produção industrial como do PIB do País em 1984. Em documento recente (*Brazil — Economic Program: Internal and External Adjustment*, ago. 84), o Governo brasileiro prevê crescimento de 1% do PIB mas, a partir de dados mais recentes, pode-se esperar que a taxa de evolução do PIB aproxime-se de 3,5% no ano, o que resultaria em 1% de crescimento do PIB *per capita*, que vinha caindo desde 1981. A rigor, o crescimento econômico brasileiro em 1984 representa como que um “desvio” em relação ao programado.

Duas questões sobressaem nesse contexto. A primeira relaciona-se à possibilidade de continuidade do crescimento segundo a estratégia exportadora, o que, ao que tudo indica, não ocorrerá: é pouco provável que o déficit comercial americano permaneça na sua atual trajetória de crescimento desordenado. É quase certo que o governo americano adote, logo depois dessas eleições presidenciais de novembro, medidas de contenção de importações, afetando as exportações brasileiras, que são a causa principal do crescimento corrente da produção industrial do País.

A segunda questão relevante refere-se aos ganhos que a população brasileira estaria obtendo desse padrão de crescimento baseado em exportações. Poder-se-ia

argumentar que o nível médio de bem-estar da população brasileira estaria crescendo? A resposta é negativa, apesar de se prever crescimento do PIB *per capita* em 1984. A estratégia de crescimento via exportações, embora fundamental na obtenção do reequilíbrio das contas externas do País, gera melhorias de bem-estar nos países que consomem nossas exportações, como já mostrava Adam Smith em suas críticas aos mercantilistas. Se considerarmos o consumo *per capita* dos brasileiros, em lugar do PIB *per capita*, veremos que, segundo as projeções do Governo, ocorrerá uma queda de 4,2%, apenas em 1984. Numa definição mais abrangente, que inclui o consumo e os gastos de investimento (por tratar-se de elevação do potencial de consumo futuro) públicos e privados, chegaremos à absorção doméstica de bens e serviços, que deverá reduzir-se 3,7% por habitante no corrente ano. Ocorrendo essa taxa em 1984, teremos acumulado perdas de 17,6% de absorção doméstica de bens e serviços desde o início da década, que abstratamente mediria o grau de empobrecimento de cada brasileiro.

Talvez este seja o efetivo milagre brasileiro: o fato de que uma tão significativa redução do nível de consumo das famílias não tenha sido seguida de conflitos sociais que perturbassem a ordem pública, nos moldes históricos registrados em outras sociedades.

A calma aparente pode, no entanto, romper-se. Esta preocupação deve, necessariamente, estar presente quando forem formuladas as políticas que deverão vigorar nos próximos anos.

JOSÉ CLÁUDIO FERREIRA DA SILVA

Economista, Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UERJ